



PARECER PRÉVIO Nº 6/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM

1- Processo TCE - AM nº 10183/2013.

Apensos: Processo nº 10043/2013 e 10292/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tabatinga.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Saul Nunes de Bemerguy (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10428, Larissa Oliveira de Sousa – OAB/AM 14193 e Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 157/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tabatinga. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalva das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do **Sr. Saul Nunes de Bemerguy**, Prefeito Municipal de Tabatinga, no curso do exercício de 2012, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, pelas razões expostas no tópico III do Voto-Vista.



PARECER PRÉVIO Nº 6/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM

Vencido o voto do Relator pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais e determinação à Secex e ciência ao interessado.

- 11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 29 de Março de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Redator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 6/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10183/2013.

Apensos: Processo nº 10043/2013 e 10292/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tabatinga.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Saul Nunes de Bemerguy (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides – OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota, OAB/AM 4514, Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM 6935. Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10428, Larissa Oliveira de Sousa – OAB/AM 14193.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 157/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tabatinga. Exercício de 2012.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 100/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração;

10.2. Dar ciência ao Sr. Saul Nunes de Bemerguy, bem como aos seus patronos, sobre o deslinde do feito.



ACÓRDÃO Nº 6/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 29 de Março de 2022.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Verificado erro no decisório constante às fls 4085/4088, procedemos a devida correção, para todos os efeitos legais, frente à necessidade da adequação do *decium* aos fatos ocorridos no julgamento do referido processo, no tocante à numeração Parecer Prévio/Acórdão e exclusão do item 1 do voto-vista do Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho, o qual foi o voto vencedor. Ressalta-se que a publicação no Diário Oficial do Estado encontra-se correta, conforme fls.4090.